



### Filtro selecionado

Período: Monitoramento Temático Ano 2015

Listagem por: Programa

Programa: 2028 - Defesa Agropecuária

Órgão: 22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Elementos a serem exibidos: Indicadores; Objetivos; Metas; Regionalização das Metas; Iniciativas; Fin. Extraorçamentários; Med. Institucionais; Ações;

## PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

### Informações Básicas

Tipo de programa: Temático

### INDICADORES

**Indicador: Área do território nacional reconhecida pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) como livre de febre aftosa**

#### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: %      Índice: 58

Fonte: Organização Internacional de Saúde animal (OIE)

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: (Área livre de aftosa/ área total do Território Nacional) x 100

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 77

Data de Apuração: 31/12/2014

**Indicador: Índice de conformidade de insumos agropecuários**

#### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: unidade      Índice: 0,9

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $ICIAg = (ICIA * 0,5) + (ICIP * 0,5)$ , sendo ICIA = Índice de conformidade de insumos agrícolas =  $1 - (\text{termos de ocorrência emitidos} / \text{no. de fiscalizações realizadas})$  ICIP = Índice de conformidade dos insumos pecuários =  $1 - (\text{termos de ocorrência emitidos} / \text{no. de fiscalizações realizadas})$

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,917

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Índice de conformidade de produtos de origem vegetal**

#### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: unidade      Índice: 0,73

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $TCpv = ((0,5 * (0,7 * (\text{Inspeções Conforme de vinhos e bebidas} / \text{Inspeções realizadas de vinhos e bebidas}) + 0,3 * (\text{produtos conforme de vinhos e bebidas} / \text{produtos analisados de vinhos e bebidas}))) + (0,5 * n^{\circ} \text{ de amostras de produtos em conformidade de qualidade vegetal} / n^{\circ} \text{ total de amostras analisadas de qualidade vegetal}))$

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,8183

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Índice de conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários**

#### Informações Básicas

Data de referência: 30/06/2011      Unidade de medida: %      Índice: 0

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $(1 - (\text{termos de ocorrência emitidos} / \text{total de fiscalizações realizadas})) \times 100$

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 97,05

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Índice de fitossanidade**

#### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: número índice      Índice: 6

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária



Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: Índice de fitossanidade:  $((TF1*P1) + (TF2*P2) + (TF3*P3) + \dots + (TFn*Pn)) / (P1+P2+P3+\dots+Pn)$  onde P = peso atribuído para cada praga considerada, levando-se em conta a importância da praga para o agronegócio brasileiro fórmula TF1 (por praga) = nº de municípios com os focos da praga/total de municípios onde a cultura tem expressão econômica Mosca da Carambola: Peso - 10; Municípios Considerados: 5564 Cydia Pomonella: Peso - 2; Municípios Considerados: 760 (RS e SC) Cancro Cítrico: Peso - 9; Municípios Considerados: 3636 (BA, GO, MG, PA, PR, RJ, RS, SC, SE, MA, SP) Greening: Peso - 2; Municípios Considerados: 3636 (BA, GO, MG, PA, PR, RJ, RS, SC, SE, MA, SP)

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 6

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Porcentagem de notificação de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal (síndrome vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratória e nervosa das aves)**

#### Informações Básicas

Data de referência: 31/12/2010 Unidade de medida: % Índice: 82,41

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: (Suspeitas atendidas no prazo/ número total de suspeitas atendidas) x 100

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 84,07

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de adesão das Unidades da Federação que aderiram ao SUASA**

#### Informações Básicas

Data de referência: 30/06/2011 Unidade de medida: % Índice: 11

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: (Número de unidades da federação que aderiram ao SUASA/ número total de unidades da federação) x 100

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 30

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de adesão dos Municípios ao SUASA**

#### Informações Básicas

Data de referência: 30/06/2011 Unidade de medida: % Índice: 0

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: (Número de municípios que aderiram ao SUASA/ número total de municípios brasileiros) x 100

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 0,37

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de atendimento à demanda por ensaios laboratoriais**

#### Informações Básicas

Data de referência: 30/06/2011 Unidade de medida: % Índice: 85

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $DE = (\text{Número de amostras processadas} / \text{número de amostras recebidas}) \times 100$

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 84,4

Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de atendimento à demanda por validação de método**

#### Informações Básicas

Data de referência: 30/06/2011 Unidade de medida: % Índice: 46

Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo:  $DM = (\text{número de métodos validados} / \text{número de métodos planejados}) \times 100$



**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 51,8  
Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de conformidade de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal**

**Informações Básicas**

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: %      Índice: 99,83  
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo:  $TCrc = (\text{número de amostras conformes} / \text{número de amostras analisadas}) \times 100$

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 90,55  
Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal (TCpa)**

**Informações Básicas**

Data de referência: 31/12/2010      Unidade de medida: unidade      Índice: 0,73  
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo:  $\text{Número de verificações com resultados conformes} / \text{número de verificações realizadas}$

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 0,89  
Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de Implementação na rede oficial de laboratórios de diagnóstico de enfermidades de animais aquáticos listados pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE)**

**Informações Básicas**

Data de referência: 30/06/2011      Unidade de medida: %      Índice: 0  
Fonte: Secretaria de Monitoramento e Controle/ MPA  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo:  $(\text{Número de enfermidades de animais aquáticos listados pela OIE com diagnóstico implementado na rede oficial de laboratórios} / \text{número de enfermidades de animais aquáticos listados pela OIE}) \times 100$

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 100  
Data de Apuração: 31/12/2013

**Indicador: Taxa de monitoramento da rede credenciada**

**Informações Básicas**

Data de referência: 30/06/2011      Unidade de medida: %      Índice: 62,34  
Fonte: Secretaria de Defesa Agropecuária  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo:  $TC = (\text{número de ações executadas} / \text{número total de ações planejadas}) \times 100$

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 56,33  
Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de monitoramento de resíduos e contaminantes nas áreas de produção de moluscos bivalves**

**Informações Básicas**

Data de referência: 30/06/2011      Unidade de medida: %      Índice: 0  
Fonte: Secretaria de Monitoramento e Controle / MPA  
Periodicidade: Anual      Base geográfica: Nacional  
Fórmula de cálculo:  $(\text{Número de áreas produtoras de moluscos bivalves com pelo menos 12 coletas anuais de amostras} / \text{número total de áreas produtoras de moluscos bivalves}) \times 100$

**Informações do Monitoramento**

Valor Apurado: 71,43  
Data de Apuração: 31/12/2015

**Indicador: Taxa de órgãos estaduais de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações em sanidade pesqueira e aquícola**

**Informações Básicas**

Data de referência: 30/06/2011      Unidade de medida: %      Índice: 0



Fonte: Secretaria de Monitoramento e Controle/ MPA

Periodicidade: Anual

Base geográfica: Nacional

Fórmula de cálculo: (Número de órgãos de defesa sanitária animal com parceria estabelecida com MPA para ações de sanidade pesqueira e aquícola/ número total de unidades da federação) x 100

#### Informações do Monitoramento

Valor Apurado: 29,63

Data de Apuração: 31/12/2015

#### OBJETIVOS

**Objetivo: 0364 - Promover a sanidade na agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças e fortalecendo as ações de prevenção e controle.**

#### Informações Básicas

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Para o alcance das metas relacionadas a Promoção da Sanidade Agropecuária, mantendo a situação das zonas livres de pragas e doenças (dos vegetais e animais) e fortalecer atividades de prevenção e controle, foram desenvolvidas, em 2015, em conjunto com os governos estaduais e a iniciativa privada as ações que se seguem:

Influenza Aviária-IA: iniciada a colheita de amostras nas 25 Unidades da Federação participantes do inquérito soropidemiológico para IA e para doença de Newcastle (DNC), com objetivo de avaliar a circulação desses vírus no plantel industrial de aves do país. Este estudo dará suporte à certificação do plantel avícola nacional, visando à manutenção de mercados. No segundo semestre, foi elaborado check-list de auditoria e realizado treinamento de fiscais para padronização de procedimentos.

Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa – PNEFA: Não há registro de ocorrência de febre aftosa desde abril de 2006. As zonas livres alcançadas em 2014 foram mantidas e corresponde a mais de 77% do território nacional, contemplando 99% do rebanho bovino. A classificação de risco do estado de Roraima e a maior parte do estado do Amazonas foram mantidas como Médio Risco (BR-3) e do estado do Amapá com Alto Risco (BR-4). Foram adequadas as estratégias de vacinação no estado do Amapá e na zona de fronteira do Mato Grosso do Sul. Os resultados do estudo sorológico para avaliação de eficiência da vacinação, realizados em 16 UFs, foram publicados.

Peste Suína Clássica: Atualmente 16 UFs, correspondente a 50% da área do território nacional e 100% das exportações brasileiras do produto, mantem a condição de zona livre de peste suína clássica (PSC) com reconhecimento nacional. No período o Brasil obteve o reconhecimento internacional pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE de zona livre de PSC para os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Houve, também, o envio de pleito à OIE para reconhecimento internacional como zona livre de PSC dos demais 14 estados que compõem a zona livre com reconhecimento nacional, a partir de maio de 2016. A vigilância em espécies animais de vida livre, especialmente o javali está sendo incrementada, com o apoio e interação com órgãos de pesquisa, de meio ambiente e entidades voltadas ao estudo e controle dessa espécie, conferindo maior transparência nos reconhecimentos de zonas ou países livres de doenças.

Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal-PNCEBT: O desenvolvimento da ação contou no período com o envolvimento de 5.484 médicos veterinários habilitados para a realização de “testes de diagnóstico”. Houve o aumento da cobertura vacinal de fêmeas ovinas/bubalinas contra brucelose.

Encefalopatia Espongiforme Bovina - EEB O Brasil permanece classificado pela OIE como país de risco insignificante para encefalopatia espongiforme bovina – EEB – (doença da vaca louca), com base nas medidas sanitárias de controle e prevenção da doença. A doença da vaca louca é zoonose de grande impacto no comércio internacional de produtos bovinos. As medidas de mitigação de risco adotadas visam impedir a propagação da vaca louca no País, na eventualidade da sua ocorrência.

Além das ações específicas de controle das doenças nos animais, destaca-se ainda a publicação da Instrução Normativa do MAPA que aprova os requisitos sanitários para participação de cavalos de excelente estado sanitário nos Jogos Olímpicos Rio 2016, foram editadas normas aprovando o Regulamento de Defesa Sanitária Animal, bem como normas internalizando, no arcabouço legal brasileiro, as Resoluções Mercosul que aprovam os requisitos do Bloco para a importação de embriões de ovinos caprinos e bovinos, bem como de sêmen bovino e bubalino congelado, assim como de requisitos atualizados para a importação de material genético de ruminantes com respeito à Doença de Schmallenberg.

A melhoria constante das ações em prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais tem garantido o abastecimento interno da população com produtos inócuos e de qualidade e tem possibilitado a conquista e manutenção de novos mercados para os produtos pecuários brasileiros.

Em 2015, foi finalizado à consulta pública do projeto de Instrução Normativa que define as normas para a vigilância do mormo, doença de equídeos, incurável e de potencial zoonótico, estando em fase final de consolidação.

Foi mantido o funcionamento da Estação Quarentenária de Cananéia, para quarentena de suínos e aves importadas, contribuindo com a prevenção de doenças e manutenção da saúde do rebanho nacional.

Foi publicada a Instrução Normativa do MAPA que aprova os requisitos sanitários para participação de cavalos de excelente estado sanitário nos Jogos Olímpicos Rio 2016, além de normas aprovando o Regulamento de Defesa Sanitária Animal dos Jogos Olímpicos Rio 2016, e de normas internalizando no arcabouço legal brasileiro as Resoluções Mercosul que aprovam os requisitos do Bloco para a importação de embriões ovinos, embriões caprinos, embriões bovinos, sêmen bovino e bubalino congelado, além de requisitos atualizados para a importação de material genético de ruminantes com respeito à Doença de Schmallenberg.

A melhoria constante das ações em prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais tem garantido o abastecimento interno da população com produtos inócuos e de qualidade e tem possibilitado a conquista e manutenção de novos mercados para os produtos pecuários brasileiros.

Cydia pomonella: A partir status fitossanitário de “zona livre da Cydia pomonella”, ações de prevenção e vigilância, como a revisão dos requisitos de importação de potenciais hospedeiros houve a intensificação dos controles nas fronteiras, bem como de vigilância e monitoramento de pomares em áreas críticas para evitar a reintrodução da praga.

Programa de Erradicação da Mosca da Carambola: A praga vegetal denominada Bactrocera carambolae, comumente chamada de Mosca da Carambola, mantida sob controle oficial nos estados do Amapá, Pará e Roraima, sendo nestes dois últimos restritos a poucas localidades. Em 2015 foram erradicados os



focos de Curralinho na Ilha de Marajó e Almeirim no Vale do Jarí reduzindo para dois o número de focos da praga no estado do Pará. Com a alta densidade populacional da praga nas regiões 08 e 09 da Guiana, região transfronteiriça com o estado de Roraima as localidades que se encontravam em vias de declarar a erradicação dos focos tais como Uiramutã, Normandia, Bonfim e Pacaraima sofreram a pressão da praga sendo detectados novos focos na região norte do estado, retornando aquela Unidade da Federação ao status de “com a presença da praga”. No estado do Amapá dos 16 municípios, 15 tem a presença da praga, sendo Vitoria do Jarí a única localidade onde a praga foi erradicada.

Convém registrar que no Amapá foi observado uma redução de 91,25% da densidade populacional da praga entre janeiro e dezembro de 2015. Tal feito confirma a eficiência da metodologia empregada no programa.

Monilíase do Cacau. A vigilância voltada à prevenção de introdução da praga *Moniliophthora roreri* no Brasil, as quais envolvem ações de vigilância na fronteira e monitoramento de áreas de produção, foram realizadas pelas diferentes instâncias, restando a praga ainda ausente no território brasileiro. O Grupo Nacional de Emergência Fitossanitária estabelecido pela Instrução Normativa Nº 13/2012, teve a sua composição atualizada em 2015, conforme Portaria Nº 256, com o objetivo específico de garantir uma resposta tempestiva a um eventual surto. No período em análise foram também realizadas reuniões técnicas e treinamentos, tanto no nível federal como estadual, visando a manutenção do estado de vigilância dos diferentes agentes envolvidos.

As atividades desenvolvidas permitiram a manutenção da produção agrícola para uso doméstico e a exportação, sendo estas realizadas por meio de diferentes mecanismos de proteção fitossanitária, tais como: estabelecimento e manutenção de áreas livres de pragas, quarentena vegetal, tratamento fitossanitário, análise de risco de pragas e programas de controle e erradicação de pragas específicas. Destaca-se também o estabelecimento, por meio da Instrução Normativa Nº 24, de 08 de setembro de 2015, do Programa Nacional de Combate às Moscas-das-Frutas, iniciativa esta que tem por objetivo estabelecer a política fitossanitária para a prevenção, controle e erradicação das moscas-das-frutas de importância econômica e quarentenária para o Brasil e para os mercados importadores de frutas brasileiras.

## METAS

**Meta: Ampliar de 470mil para 600 mil hectares a área controlada de Vassoura de Bruxa nos cacauais**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CEPLAC/MAPA

### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Conforme apreciação no exercício, as atividades continuadas de controle da doença vassoura de bruxa nos cacauais consomem os esforços regionalizados de controle integrado da enfermidade diretamente nas propriedades rurais por meio dos processos de inovação e difusão tecnológica, bem como nas campanhas educativas e/ou difusão dos conhecimentos tecnológicos e gerenciais por meio de eventos diversos focados no público alvo, nas regiões produtoras de cacau. Da superfície de área em hectares programados registram-se cobertura de monitoramento e controle integrado da doença em 550 mil hectares assistidos no ciclo apurado de forma não cumulativa, com alcance de 91,67% da meta final do Objetivo nesse ciclo do PPA. Para o desempenho da meta reúnem-se os esforços de controle integrado da doença, envolvendo processos de pesquisas laboratoriais e de campo, assistência técnica nos imóveis rurais, além de campanhas e demais medidas de monitoramento, com cobertura de alcance em toda área de cacauais assistidos nos estados de atuação, conforme apuração regionalizada por estado: AM – 2.000ha, BA – 406.100ha, ES – 22.100ha, MT – 1.300ha, PA – 80.000ha e RO – 38.500ha.

Realçam-se as entregas já destacadas a partir do exercício de 2012, tais como: 1) criação e registro tanto para a agricultura convencional como para sistemas orgânicos, do Biofungicida Tricovab, com alto potencial de controle ao fungo da vassoura de bruxa, sem resíduos químicos – em fase de desenvolvimento para produção em escala comercial; 2) seqüenciamento do genoma do patógeno *Moniliophthora perniciosa* e do hospedeiro *Theobroma cacao*, permitindo com isso uma nova estratégia de controle de pragas; 3. Esforços conjuntos da CEPLAC, MAPA e Secretarias de Defesa, nos estados da Bahia e Região Norte, para dinamização do plano de contingenciamento da Monilíase do cacau, visando proteger a cacauicultura nacional dos danos econômicos, sociais e ambientais associados ao risco de entrada, dispersão e estabelecimento dessa grave doença do cacau, ainda não ocorrente em território brasileiro, porém já instalada em países limítrofes na América do Sul, no Norte brasileiro.

Dentro do Projeto Renorbio – Rede Nordeste de Biotecnologia do Cacau, objetivando revitalizar a cacauicultura nacional por meio do controle da doença vassoura de bruxa do cacau, além dos avanços no seqüenciamento do genoma do patógeno e do cacau, destacam-se: (i) seleção de 603 clones com associação de genes de resistência, além de outros genes de interesse, para avaliação regional, 127 progenitores para formação de novas populações de seleção recorrente e formadas populações de melhoramento com 377 progênies que gerarão outras centenas de clones e progenitores; (ii) identificação de 18 novas fontes de resistência à doença vassoura de bruxa, enriquecendo desta forma a base genética do programa de melhoramento; (iii) validação de novos atributos de produtividade, precocidade e resistência à série de clones já disponibilizados aos produtores - atualmente 55 cultivares e 9 linhagens de cacauais já registradas e, (iv) manutenção do maior banco de germoplasma de cacau (ex-situ) do mundo, dispostos em estações experimentais localizadas nos Estados da Bahia, Pará e Rondônia, contendo 5.538 acessos, sendo 4.452 clonais e 1.086 seminais, ocupando área total de 70 hectares.

Alinhado ao Objetivo Estratégico da CEPLAC de “Incrementar a Produção Agropecuária com Base na Conservação Produtiva” realça-se a produção em escala, pela unidade de pesquisa da CEPLAC, de 17.000Kg do Biofungicida Tricovab, com disponibilização para comercialização junto aos produtores rurais de 9.000Kg já distribuídos para o controle biológico da doença.

Quantidade alcançada: 550.000 Hectares

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	240	ha	1.300	31/12/2015
Região Nordeste	481.300	ha	406.100	31/12/2015
Região Norte	95.460	ha	120.500	31/12/2015
Região Sudeste	23.000	ha	22.100	31/12/2015

**Meta: Ampliar dos 82% para 100% o número de atendimentos nos prazos legais das suspeitas de síndromes Vesicular, Hemorrágica dos Suínos, Respiratória e Nervosa das Aves**

### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA/MAPA



#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: No período de apuração, houve uma melhoria em relação ao índice de notificações de suspeitas de doenças atendidas no prazo legal do ano anterior de 80,34% para 84,07%. O que ainda é longe da meta estabelecida de 100%, mas reflete o esforço do serviço veterinário oficial em melhorar sua capacidade de resposta às notificação apresentadas pela comunidade e setores produtivos em relação a suspeitas de doenças das síndromes vesicular, hemorrágica dos suínos, respiratórias e nervosa das aves.

A análise detalhada, segundo as síndromes envolvidas, demonstra que apesar de apresentar considerável melhoria em relação ao ano anterior, o atendimento a suspeitas da síndrome Hemorrágica dos Suínos continuou sendo de pior resultado, evoluindo de 61,2% para 69,8%. As ações adotadas nos últimos 2 anos junto aos serviços veterinários estaduais para o fortalecimento da vigilância e maior rapidez nos atendimentos, visando o reconhecimento internacional de zona livre de Peste suína clássica e a manutenção desta condição tendem a refletir em novas melhorias neste indicador nos próximos anos.

O índice dos atendimentos a suspeitas da Síndrome Respiratória e Nervosa da Aves manteve-se inalterado em 79,7%. O DSA elaborou novas normativas para a vigilância da síndrome e adotou providências junto aos serviços veterinários estaduais, a serem aplicadas a partir de 2016, onde os critérios de notificação e atendimento foram revistos devendo refletir em significativas melhorias do indicador nos anos vindouros.

O indicador dos atendimentos a suspeitas da síndrome vesicular, que vinha se mantendo em níveis considerados satisfatórios, apresentou considerável queda em relação ao ano anterior, caindo de 93,0% para 86,4%. A explicação se deve ao grande aumento no número de notificações, que subiu de 404 atendimentos em 2014 para 2.196 em 2015. Essa elevação se deveu ao surgimento de um surto epidêmico de doença vesicular idiopática dos suínos, a qual atingiu grande número de granjas em vários estados do país, sobrecarregando os serviços veterinários estaduais, levando a aumento no tempo entre a notificação e o atendimento. Tal condição já se normalizou e espera-se que o indicador retorne aos níveis anteriores e até melhorem devido às ações adotadas junto aos serviços veterinários estaduais.

Quantidade alcançada: 84,07 %

Data de Referência: 31/12/2015

#### Meta: Elaborar 100 planos de contingência sobre as principais ameaças de pragas e doenças

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A praga *Cydia pomonella*, comumente chamada traça da maçã foi declarada erradicada do Brasil em 2014. Como medida de prevenção para eventual reintrodução da praga o MAPA publicou em 2015 um Plano de Contingência, o qual cria o Grupo Nacional de Emergência e estabelece as ações de vigilância necessárias a garantir um nível adequado de proteção.

Quantidade alcançada: 1 Planos de contingência

Data de Referência: 31/12/2015

#### Meta: Erradicar a Mosca da Carambola do território nacional, reduzindo o número de ocorrência de 14 municípios para zero

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: DSV/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Em 2015 foram erradicados os focos de Currelino na Ilha de Marajó e Almeirim no Vale do Jari reduzindo para 2 o número de focos no PA. Com a alta densidade populacional nas regiões 08 e 09 da Guiana, região transfronteiriça com o estado de RR as localidades que se encontravam em vias de declarar a erradicação dos focos tais como Uiramutã, Normandia, Bonfim e Pacaraima sofreram a pressão da praga sendo detectados novos focos na região norte do estado, retornando ao status de "com a presença da praga". Porém com a implementação imediata dos Planos Emergenciais resultaram na redução ao zero da população em Pacaraima, Bonfim e Normandia e já se conta os dias sem captura da praga para que com 378 dias sem a praga se possa declarar a área sem a presença da praga. Na Vila do Mutum em Uiramutã o foco está sendo controlado, mas ainda existe a presença da praga. No estado do AP dos 16 municípios, 15 tem a presença da praga, sendo Vitoria do Jari a única localidade onde a praga foi erradicada. No AP houve uma redução 91,25% da densidade populacional da praga no estado do AP comparando os meses de jan. a dez. de 2015. No ano de 2014 a redução foi de somente 17,42%. Demonstrando que a metodologia e gestão do Programa implementada em 2015 foi eficiente. Concluindo dos 5.770 municípios brasileiros somente 21 tem a presença da praga B. carambolae o que mantém a segurança fitossanitária quanto a presença da praga em estados do NE exportadores.

Quantidade alcançada: 21 Municípios

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Norte	14	unidade	21	31/12/2015

#### Meta: Manter a fiscalização nas fronteiras de 100% das importações de animais vivos, de vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso no país

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: VIGIAGRO/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: As importações regulares de animais vivos, vegetais e de seus produtos nos pontos de ingresso oficiais do país foram fiscalizadas regularmente, atendendo ao estabelecido na meta. Foram realizadas 2 milhões de fiscalizações nas importações de produtos agropecuários, embalagem de madeira e bagagem de passageiros no ano de 2015.

Quantidade alcançada: 100 %

Data de Referência: 31/12/2015

#### Meta: Obter o Reconhecimento Internacional de País Livre de Febre Aftosa

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Saúde Animal - DSA/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento



**Análise Situacional da Meta:** O Brasil avançou com o reconhecimento de zonas livres de febre aftosa no país no período do PPA. O maior avanço ocorreu em 2014, com o incremento de 1.501.426 Km<sup>2</sup> (76%) nas áreas da região Nordeste e Norte, reconhecidas como zonas livres de febre aftosa com vacinação. Com isso, a meta estabelecida para região Nordeste foi cumprida integralmente e se avançou na região Norte, mais especificamente no estado do Pará, onde existe uma pecuária comercial importante. As zonas livres implantadas passaram a representar 77,2% do Território Nacional, onde são criados 99% das espécies domésticas susceptíveis à doença. A meta para região Norte não foi alcançada, principalmente devido os serviços veterinários oficiais dos estados do Amazonas, Amapá e Roraima não conseguirem as condições estruturais e técnicas suficientes para o reconhecimento como livre de febre aftosa com vacinação. Será necessário seguir trabalhando com os Governos destes três estados, para que promovam as melhorias necessárias em seus serviços veterinários oficiais e os mesmos evoluam para zona de livre de febre aftosa com vacinação, completando-se o processo de erradicação da doença no país nos próximos anos. Em 2015, embora não tenha ocorrido reconhecimento de novas zonas livres de febre aftosa, foram mantidos os status conquistados até então e o país seguiu sem ocorrência da doença, aproximando-se dos 10 anos nesta condição. Foram promovidas adequações nas estratégias de vacinação contra febre aftosa nos estados do Acre, Amapá, Rio de Janeiro, e partes dos estados da Bahia, Pará, Mato Grosso do Sul e Tocantins, beneficiando principalmente ao produtor. Em 2015, essas adequações ocorreram no Amapá e em partes do Mato Grosso do Sul. Houve incremento na vigilância para febre aftosa, com aumento no número de atendimentos às notificações de doenças vesiculares. Foram realizados estudos soroepidemiológicos em todo país para avaliação de transmissão do vírus da febre aftosa: um conduzido em 8 estados, que resultou na ampliação da zona livre em 2014, e outro em 17 estados da zona livre de febre aftosa com vacinação, finalizado em 2015, como parte dos requisitos para manutenção do status sanitário e atender compromissos de certificação com parceiros comerciais; também, evoluiu-se com os dois estudos conduzidos nas zonas ainda não reconhecidas como livres da doença, que foram concluídos nos estados do Pará e Roraima. Também, um estudo para avaliar a eficiência da vacinação foi realizado em 16 estados da zona livre com vacinação, com os resultados publicados em 2015, instrumento utilizado para gestão do programa e atender compromissos com parceiros comerciais. Por fim, em 2015, foi criado um Grupo de Trabalho para revisar as bases conceituais, normativas e estratégicas do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da febre Aftosa, com prazo para concluir os trabalhos no primeiro semestre de 2016.  
Quantidade alcançada: 77,2 %  
Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Nordeste	1.558.196	km <sup>2</sup>	1.554.291	31/12/2015
Região Norte	3.869.637	km <sup>2</sup>	1.912.904	31/12/2015

**Meta: Realizar 235 campanhas de conscientização de usuários do transporte aéreo internacional**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: VIGIAGRO/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

**Análise Situacional da Meta:** As campanhas são realizadas regularmente nos principais aeroportos e pontos de entrada do país. Na operação de férias de final de ano coordenada pela Conaero, nos aeroportos, houve a intensificação na distribuição de material de divulgação das regras de transporte de produtos agropecuários em todos os aeroportos. Entre as ações desenvolvidas estava justamente a distribuição de folders da campanha "Mala Legal", visando conscientizar os cidadãos sobre as regras da vigilância agropecuária internacional. Outras ações neste sentido foram a concessão de inúmeras entrevistas em diversas mídias, divulgando estas regras.  
A distribuição de material nos 26 postos de fronteiras foi realizada durante todo o ano, com intensificação no período de férias onde há um aumento no trânsito de veículos e pessoas pelas fronteiras.

Quantidade alcançada: 60 Campanhas

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	47	número	6	31/12/2015
Região Nordeste	47	número	8	31/12/2015
Região Norte	47	número	16	31/12/2015
Região Sudeste	47	número	10	31/12/2015
Região Sul	47	número	20	31/12/2015

**Meta: Reduzir de 2% para 1% o índice nacional de passageiros que ingressam com não conformidade na bagagem**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: VIGIAGRO/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

**Análise Situacional da Meta:** A meta é ampliar em 10% a fiscalização de bagagens de passageiros provenientes do exterior, o que foi atingido com o direcionamento da fiscalização para os voos de maiores risco para a fiscalização agropecuária com um volume de apreensão anual de 150 toneladas de alimentos. Hoje somente a educação sanitária não é suficiente para coibir as pessoas a não trazerem nas bagagens produtos agropecuários sem certificação ou proibidos para o país. Para se atingir a meta seria necessário uma lei específica que estabelecesse multa e penalidades aos infratores.  
Quantidade alcançada: 2 %

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Reduzir o número de municípios com incidência da praga *Cydia pomonella* de 3 para 0**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: DSV/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

**Análise Situacional da Meta:** Um conjunto de ações administrativas e regulatórias foram adotadas em 2015 para garantir a manutenção da condição de país com status livre da praga *Cydia pomonella* e estas ações tem obtido sucesso em seus objetivos.



Quantidade alcançada: 0 Municípios  
Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Sul	3	unidade	2	31/12/2014

#### INICIATIVAS

Iniciativa: 012H - Prevenção, controle e erradicação das pragas dos vegetais

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

##### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas na Ação Orçamentária 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária pelos POs 0003 - Controle da Doença Vassoura de Bruxa, 0005 - Erradicação da Mosca da Carambola, 0006 - Prevenção, Controle e Erradicação de Praga dos Vegetais e na Ação Orçamentária 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias no PO 000J - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais, seus produtos e Insumos

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

Iniciativa: 012I - Prevenção, controle e erradicação de doenças dos animais

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

##### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelos POs 0009 - Erradicação da Febre Aftosa, 000F - Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças dos Animais da Ação Orçamentária 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária e PO 000F - Desenvolvimento e Monitoramento de Sistemas de Rastreabilidade Agroalimentar da Ação Orçamentária 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

Iniciativa: 012J - Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais, vegetais seus produtos e insumos agropecuários

##### Informações Básicas

Individualizada: Não

##### MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelos POs 000K - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional Agropecuário, seus Produtos e Insumos, da Ação Orçamentária 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.

##### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

Objetivo: 0366 - Reestruturar, implementar e coordenar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA e aperfeiçoar e modernizar os processos operacionais da defesa agropecuária para ampliar o alcance e a abrangência dos seus serviços em todo o território nacional.

##### Informações Básicas

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: Devido às peculiaridades dos diferentes sistemas tratados no âmbito do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária e os desafios inerentes à articulação nacional dos diversos atores que compõem o sistema, no período de 2012 a 2015 foram efetivados esforços no sentido de se construir as bases institucionais para a efetiva implantação do SUASA, por meio de uma estrutura ágil, eficiente, transparente e permeável, que atue de forma participativa, integrada e corresponsável entre todos os atores que o compõem. Neste sentido, destacam-se os ajustes no marco regulatório envolvido, tais como a publicação da Instrução Normativa Nº 20/2014, estabelecendo os requisitos e os procedimentos para adesão dos Estados e do Distrito Federal ao Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária Aplicado às Cadeias dos Produtos de Origem Vegetal - SUASA-Vegetal, assim como as alterações no Artigo 7º do Decreto Nº 5.741/2006, por meio do Decreto Nº 8.445/2015, relacionadas à produção agropecuária oriunda da agroindústria familiar. Além disso, a alteração da estrutura regimental do MAPA, por meio do Decreto Nº 8.492/2015, permitiu a criação de um ambiente institucional específico para tratar da gestão e governança do SUASA no âmbito da Secretaria de Defesa Agropecuária.

#### METAS

Meta: Capacitar 20.000 profissionais de defesa agropecuária nas três instâncias do SUASA

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: SDA/MAPA



#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O MAPA disponibiliza recursos mediante convênio e as capacitações do Sistema de Defesa Agropecuária são desenvolvidas pelas instâncias intermediárias e locais de maneira rotineira e de forma continuada pelos órgãos de Defesa Agropecuária espalhados por todo o território nacional.

Quantidade alcançada: 14.500 Profissionais de defesa agropecuária

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	3.000	pessoas	2.500	31/12/2015
Região Nordeste	5.100	pessoas	2.000	31/12/2015
Região Norte	2.800	pessoas	1.500	31/12/2015
Região Sudeste	4.100	pessoas	3.000	31/12/2015
Região Sul	5.000	pessoas	5.500	31/12/2015

#### Meta: Implantar um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Quando da alteração da estrutura do Ministério da Agricultura, com a edição do Decreto nº 8.492/2015, foi criada a Coordenação-Geral de Suporte Estratégico, com a responsabilidade de realizar os estudos necessários à concepção, dimensionamento e implantação do Centro de Inteligência em Defesa Agropecuária.

#### Meta: Implementar Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A PGA encontra-se em funcionamento desde 2014. Das 27 Unidades Federativas, no que diz respeito a área animal, 23 possuem sistemas próprios para gestão de defesa agropecuária e integrados com a PGA, com o envio dos dados diariamente. Os estados do Amazonas e Amapá, por não dispor de sistemas próprios, houve a disponibilização do Sistema PGA houve a disponibilização aos serviços de defesa agropecuária para inserção dos dados. Os demais estados deverão integrar o PGA em 2016.

O Termo de Cooperação – PCT, firmado com o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), no final de 2014, foi possível evoluir a plataforma para a tecnologia Java e a inclusão da área vegetal. Para esta área foi desenvolvido, com a participação dos estados, o web service que permitirá aos estados enviar diariamente as informações referentes ao trânsito vegetal.

O módulo do SISBOV está pronto. Entretanto para entrar em produção necessita de uma alteração nos procedimentos de exportação acordados com a União Europeia. Esta alteração deverá ser pauta da agenda de 2016 com a União Europeia.

O módulo para Registro de Produto junto ao DIPOA, do Sistema de Informações Gerenciais do Sistema de Inspeção Federal (SIGSIF) deverá entrar em funcionamento no início de 2016. Foi realizado o levantamento de requisitos dos módulos de Gestão de Recursos Humanos e Ordem de Serviço, devendo estar liberado para homologação pelo DIPOA no início de 2016.

#### Meta: Promover a adesão de 1.110 municípios ao SUASA

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Secretaria de Defesa Agropecuária

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: Atualmente, o Brasil possui 5.570 municípios. Neste ano, mais 4 municípios aderiram ao SISBIPOA/SUASA. Os Municípios de Itu e Ibiúna, ambos de São Paulo, aderiram de forma isolada. Em Santa Catarina, os Municípios de São Carlos e Coronel Freitas aderiram por meio de Consórcio Público (CIDEMA). Entre final de 2014 e 2015, foram realizadas 09 oficinas de capacitação para os serviços de inspeção dos estados e, principalmente, dos municípios que vem estimulando a organização dos serviços para futuras adesões. Houve 04 pedidos de auditoria prévia (orientação) para dois municípios isolados e dois em consórcio público. Considerando que há mais Municípios capacitados, espera-se maior adesão nos próximos anos.

Quantidade alcançada: 4 Municípios

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	90	município	0	31/12/2015
Região Nordeste	350	município	0	31/12/2015
Região Norte	60	município	0	31/12/2015
Região Sudeste	360	município	2	31/12/2015
Região Sul	250	município	2	31/12/2015

#### Meta: Promover a adesão de todos os Estados e o Distrito Federal ao SUASA

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: SDA/MAPA



**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Não houve novas adesões no ano de 2015. Os Estados de MS, CE, PE, AL, RJ, RO, MA e PA solicitaram a realização de auditoria prévia para fins de orientação do serviço de inspeção estadual visando a adesão ao SISBIPOA. No entanto, as auditorias somente foram executadas nos estados de MS e RJ. Foram realizadas 06 Oficinas de capacitação dos serviços estaduais e municipais de inspeção. A publicação do Decreto nº 8445/2015, trouxe novas diretrizes para adesão dos estados, portanto, é necessário que seja atualizada a Instrução Normativa nº 36/2011 para fins de alinhamento ao novo Decreto. A partir da regulamentação desse novo marco legal e do aporte de recursos de convênio para o serviço de inspeção estadual é possível que haja maior adesão dos estados nos próximos anos.

Quantidade alcançada: 0 Unidades da Federação

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Promover o acesso de 500 mil produtores e famílias rurais brasileiras a eventos de educação sanitária**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Os municípios brasileiros são contemplados como instância local no SUASA, já que a instância intermediária (unidades da Federação) recebem recursos por meio de convênios desenvolvendo ações e eventos de educação sanitária.

Quantidade alcançada: 143.000 Produtores e famílias rurais

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	30.000	peessoas	13.000	31/12/2015
Região Nordeste	220.000	peessoas	33.000	31/12/2015
Região Norte	40.000	peessoas	25.000	31/12/2015
Região Sudeste	110.000	peessoas	35.000	31/12/2015
Região Sul	100.000	peessoas	37.000	31/12/2015

**INICIATIVAS**

**Iniciativa: 012U - Automação dos processos operacionais da defesa agropecuária por meio da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA)**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Construir Plataforma informatizada de Gestão Agropecuária (PGA) para automação dos processos operacionais da defesa agropecuária**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 012X - Coordenação, supervisão, apoio às instâncias intermediárias e locais e auditoria do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA)**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo POs 000A - Apoio a Reestruturação e a Implantação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) e PO 000B - Coordenação do Sistema Unificado de Atenção a Sanidade Agropecuária (SUASA) da Ação Orçamentária 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 012Z - Criação e implementação de um Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000C - Estruturação do Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária, da Ação Orçamentária 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 0131 - Estruturação de mecanismos de governança e gerenciamento do SUASA**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não



**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: Estruturar mecanismos de governança e gerenciamento do SUASA entre as instâncias central, intermediárias e locais

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 0132 - Promoção da Educação Sanitária e Defesa Agropecuária**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000E - Promoção da Educação Sanitária em Defesa Agropecuária, da Ação Orçamentária 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 0134 - Revisão e consolidação do marco regulatório do SUASA e das legislações referentes à Defesa Agropecuária**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: Revisar e consolidar o marco regulatório do SUASA e a legislação referente à defesa agropecuária

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 04BQ - Promoção da Defesa Agropecuária**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**AÇÕES**

**Ação: 10.22101.20.609.2028.20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária**

**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Promoção da sanidade na agropecuária, com a finalidade de manter e ampliar a situação das zonas livres de pragas e doenças, fortalecendo a prevenção e o controle das mesmas. Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros), ampliação e qualificação da oferta de serviços laboratoriais para atendimento da demanda na área da defesa agropecuária. Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal, de forma a promover a qualidade de alimentos e bebidas. Coordenação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), e estruturação do Centro de Inteligência e Formação em Defesa Agropecuária.

Produto: Atividade realizada

Unidade de Medida: unidade

**Iniciativa: 04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**AÇÕES**

**Ação: 10.22101.20.125.2028.20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias**

**Informações Básicas**

UO: 22101 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Finalidade:

Descrição: Realização da fiscalização de insumos e serviços demandados na agropecuária: serviços agrícolas, serviços pecuários, material genético animal, insumos destinados à alimentação animal, produtos de uso veterinário, fertilizantes, corretivos, inoculantes, sementes e mudas, agrotóxicos e afins, bem como atividades com organismos geneticamente modificados. Combate à clandestinidade em produtos de origem animal. Realização da fiscalização dos produtos de origem agropecuária: Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos vegetais, desenvolvimento e monitoramento de sistemas de rastreabilidade agroalimentar, inspeção e fiscalização de produtos de origem animal e vegetal, proteção e fiscalização de cultivares. Realização da vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais seus produtos e insumos, e do trânsito internacional de vegetais e animais, seus produtos e insumos, com a finalidade de garantir a qualidade e a inocuidade dos insumos utilizados na agropecuária e qualidade e sanidade dos alimentos decorrentes.

Produto: Fiscalização realizada

Unidade de Medida: unidade

**Objetivo: 0367 - Modernizar os Laboratórios Nacionais Agropecuários e Qualificar a Oferta de Serviços da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, com vistas a aprimorar o atendimento às demandas de Defesa Agropecuária.**



#### Informações Básicas

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: A ampliação da capacidade analítica da rede laboratorial exige uma série de ações ligadas à modernização do parque de equipamentos dos laboratórios oficiais, à adequação de suas instalações (envolvendo reformas, construções e ampliações), ao treinamento de servidores, de forma a acompanhar o progresso científico, à aquisição dos insumos necessários à realização dos ensaios laboratoriais e ao desenvolvimento e validação de métodos analíticos laboratoriais. O atendimento a todas essas condições possibilita ao MAPA manter sua rede de laboratórios oficiais adequada, de acordo com normas internacionalmente aceitas, e exigir o cumprimento de rigorosas normas técnicas de qualidade e rastreabilidade pela rede credenciada em ensaios realizados dentro de seus escopos de credenciamento.

Em relação à implantação do sistema informatizado de gestão laboratorial (SISLAB), foi dada continuidade à inserção dos dados referentes ao escopo e cadastro de laboratórios no sistema. Da mesma forma, manteve-se o levantamento dos requisitos técnicos para a construção de outros módulos e implementação de melhorias.

O número de ensaios acreditados conforme ABNT NBR ISO/IEC 17.025 - Requisitos Gerais para Competência de Laboratórios de Ensaio e Calibração nos Laboratórios Oficiais do MAPA (Lanagros) foi ampliado.

Em relação ao desenvolvimento e às validações de metodologias laboratoriais, a evolução observada entre 2014 e 2015 se mostrou mais discreta quando comparada ao avanço obtido entre 2013 e 2014, devido ao impacto sofrido pela suspensão do Projeto Sagres, uma parceria com o CNPq, que proporcionava a manutenção de bolsistas dentro dos Lanagros com o objetivo de avançar fortemente na validação e desenvolvimento de métodos laboratoriais, sob a supervisão de Fiscais Federais Agropecuários. Ainda assim, é possível observar a manutenção da tendência ascendente, quando comparamos os números de 2013, 2014 e 2015.

#### METAS

**Meta: Ampliar de 25,4 para 33 milhões o número de ensaios realizados anualmente pela Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Coordenação Geral de Apoio Laboratorial - CGAL/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: No período de janeiro a dezembro de 2015, foram contabilizados 33.507.516 ensaios laboratoriais realizados pelos laboratórios da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários, instituída pelo Decreto 5.741/2006 e constituída pelos Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagros – laboratórios oficiais) e laboratórios credenciados pelo MAPA. Este valor indica que a meta estabelecida para o ano de 2015, de 33.000.000 de ensaios, foi atingida e superada.

É importante salientar que os valores expressos na Meta Financeira abrangem não só gastos com a realização de análises laboratoriais, mas também gastos com mão-de-obra contratada e manutenção predial dos Lanagros, produção e distribuição de material de referência para a rede credenciada, realização de auditorias em laboratórios credenciados, entre outros. Portanto, o recurso disponibilizado não está, em sua totalidade, ligado diretamente à execução dos ensaios. Esse recurso é utilizado também para o provimento das condições necessárias para que a Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários ofereça a capacidade operacional requerida, atendendo a rigorosas normas internacionais de qualidade, que permitam a manutenção da rastreabilidade em ensaios realizados.

Quantidade alcançada: 33,51 milhões de ensaios realizados anualmente

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Aumentar de 305 para 610 o número de ensaios realizados pelos Lanagros e acreditados na NBR ISO/IEC 17.025**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CGAL/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O resultado observado no ano de 2015, relativo à acreditação de ensaios junto ao INMETRO, segundo a ABNT NBR ISO/IEC 17.025, superou consideravelmente a meta estabelecida para o período. Atualmente, a Rede Lanagro contabiliza um total de 2.347 ensaios acreditados. Tal resultado se deve à concentração de esforços de diferentes áreas dos Lanagros em investir na organização de seus processos laboratoriais, condição básica para a submissão do pleito de acreditação junto ao INMETRO.

Quantidade alcançada: 2.347 Ensaios

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Aumentar de 71 para 142 o número de auditorias realizadas anualmente em laboratórios credenciados**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CGAL/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O resultado alcançado em 2015 foi consideravelmente melhor que aquele obtido no ano anterior e mostra, conforme esperado, o efetivo processo de estabilização da rede de laboratórios credenciados pelo MAPA, segundo os novos critérios e requisitos de credenciamento estabelecidos pelas Instruções Normativas nº 57/2013 e 19/2014. O aumento no nível de exigências impostas pelas referidas Instruções Normativas proporcionou harmonização e aumento na confiabilidade dos resultados produzidos pela rede credenciada, em atendimento aos programas e controles oficiais do MAPA. No ano de 2015, a programação de auditorias manteve seu foco naquelas identificadas como auditorias essenciais, para apuração de denúncias e não conformidades identificadas pelo MAPA. Ainda assim, houve a realização de auditorias de monitoramento ordinário da rede credenciada, além de auditorias para fins de credenciamento e extensão de escopo, totalizando 80 auditorias. O treinamento e envolvimento de novos técnicos no processo de realização de auditorias vem sendo realizado desde a contratação dos servidores concursados, ocorrida no final de 2014. Espera-se, com esse treinamento, aumento no número de auditorias realizadas no próximo período.

Quantidade alcançada: 80 Auditorias

Data de Referência: 31/12/2015



## INICIATIVAS

### Iniciativa: 0136 - Ampliar a capacidade analítica da Rede Nacional de Laboratórios Agropecuários

#### Informações Básicas

Individualizada: Sim

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Iniciativa: A ampliação da capacidade analítica da rede laboratorial exige uma série de ações ligadas à modernização do parque de equipamentos dos laboratórios oficiais, à adequação de suas instalações (envolvendo reformas, construções e ampliações), ao treinamento de servidores, de forma a acompanhar o progresso científico, à aquisição dos insumos necessários à realização dos ensaios laboratoriais e ao desenvolvimento e validação de métodos analíticos laboratoriais. O atendimento a todas essas condições possibilita ao MAPA manter sua rede de laboratórios oficiais adequada, de acordo com normas internacionalmente aceitas, e exigir o cumprimento de rigorosas normas técnicas de qualidade e rastreabilidade pela rede credenciada em ensaios realizados dentro de seus escopos de credenciamento. No ano de 2015, foram concluídas diversas obras nos Lanagros, como, por exemplo, Unidade de Recepção de amostras no Lanagro/SP, reforma na Unidade de Virologia e Bacteriologia do Lanagro/PE, construção de guarita e alambrado para salvaguardar o campus do Lanagro/GO, dentre outras. Além destas obras, foram adquiridos equipamentos como microscópios de imunofluorescência e invertido para o diagnóstico da raiva no Lanagro/PA, equipamento de razão isotópica para fiscalização de fraudes em bebidas no Lanagro/RS e aquisição de servidores de informática (equipamentos de TI – tecnologia da informação) para a modernização da rede lógica do Lanagro/MG. Para o próximo período, faz-se necessária a continuidade das ações de investimento para adequação e modernização contínua de infraestrutura e treinamento de servidores.

## MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000G - "Funcionamento dos Laboratórios Nacionais Agropecuários", da Ação Orçamentária 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária**

#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

### Iniciativa: 0137 - Implantação do Sistema de Gestão Laboratorial (SISLAB)

#### Informações Básicas

Individualizada: Não

## MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Implantação do Sistema Informatizado de Gestão Laboratorial**

#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

### Iniciativa: 0139 - Mapear e identificar a demanda e capacidade instalada dos laboratórios de apoio vegetal e animal no Brasil

#### Informações Básicas

Individualizada: Não

## MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA

**Medida Institucional Normativa: Iniciativa pertinente ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**

#### Informações Básicas

Unidade Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

**Objetivo: 0368 - Promover a qualidade dos insumos agropecuários visando à melhoria da produtividade e competitividade da produção agropecuária com sustentabilidade ambiental.**

#### Informações Básicas

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional do Objetivo: No intuito de aperfeiçoar os processos de fiscalização dos produtos de uso veterinário e de recepcionar as disposições da Lei 12.689, de 2012, que trata do medicamento genérico veterinário, foi publicado o Decreto nº 8.448, de 6 de maio de 2015, alterando o regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, aprovado pelo Decreto nº 5053, de 22/04/2004.

A Lei nº 12.689, de 2012, conceitua os novos medicamentos veterinários e define os critérios para registro e comercialização no país. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento terá papel fundamental nesse processo: regular a produção e o emprego desses medicamentos, que devem ter a mesma qualidade, eficácia e segurança dos produtos convencionais.

Foram revisados os critérios e os procedimentos para fabricação, fracionamento, importação e comercialização dos produtos destinados à alimentação animal isentos de registro, sendo alterada a Instrução Normativa MAPA nº 42, de 2010, que trata da matéria. O novo ato publicado amplia a lista de produtos isentos de registro.

Foi publicada a Instrução Normativa MAPA nº 44, de 2015, que altera as Instruções Normativas nºs 13, de 2004, 15, de 2009, 30, de 2009 e 29, de 2009, para adequação ao Decreto nº 8.448, de 2015, no que diz respeito ao uso de aditivos na alimentação animal.

Uma proposta de texto para a revisão da Instrução Normativa MAPA nº 65, de 2006, foi submetida ao setor produtivo, com prazo para o envio de manifestações até 31 de dezembro de 2015 e está na fase de consolidação das sugestões recebidas. A referida IN aprova o regulamento sobre a fabricação e o emprego de rações, suplementos e pré-misturas contendo medicamentos para animais de produção. A proposta amplia o âmbito de aplicação da norma pela necessidade de abranger todos os níveis da cadeia produtiva de alimentos, estabelecendo exigências diferenciadas para os estabelecimentos que manipularão o medicamento de uso veterinário e aqueles que apenas receberão as pré misturas contendo o medicamento já diluído, para a elaboração das rações.



Foi concluído em novembro de 2015 o projeto de regulamento técnico dos produtos antiparasitários de uso veterinário contendo os critérios e os procedimentos para o seu registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para efeito de licenciamento para comercialização no País. O projeto é resultante das atividades de Grupo Técnico instituído no âmbito do Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários e foi submetido a consulta pública que será encerrada em fevereiro de 2016.

Concluído em outubro de 2015 o projeto de instrução normativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que estabelece os critérios e procedimentos a serem atendidos para as alterações de registro de produto de uso veterinário de natureza farmacêutica. A nova norma dispensa autorização previa do MAPA para inúmeras alterações pós-registro, o que implicará na redução de prazo para implementação das alterações e na redução da intervenção oficial nesses processos.

Buscando implementar tecnologias na melhoria dos processos referentes ao registro e fiscalização de produtos de uso veterinário, produtos destinados à alimentação animal e material de multiplicação animal, o DFIP/SDA está participando do desenvolvimento do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPEAGRO), em conjunto com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação – CGTI. O módulo de registro de produtos veterinários e dos estabelecimentos que os fabricam ou importam já foi desenvolvido e se encontra em produção (operação). O módulo para registro de estabelecimentos de industrialização de sêmen animal e cadastro de animais doadores de sêmen encontra-se em homologação e na fase de testes, estando em pré-produção o módulo para registro de produtos para alimentação animal.

## METAS

### Meta: Aumentar de 4.408 para 5.116 as fiscalizações de produtos de uso veterinário

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA/MAPA

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O número reportado de fiscalizações pelos Estados aumentou consideravelmente. Isto porque foram adicionados dados referentes a fiscalizações de estabelecimentos comerciais realizadas por meio de convênios entre o MAPA e Órgãos Estaduais. Cita-se como exemplo o que ocorreu no Estado do Pará, que possui convênio com a ADEPARÁ.

Embora a quantidade de fiscalizações realizadas em cada Estado tenha superado a do ano anterior excetuando-se o Estado do Rio Grande do Norte, não foram fiscalizados a totalidade de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário registrados no MAPA, os quais são considerados mais críticos. Estes estabelecimentos estão concentrados principalmente na região Sudeste.

As principais dificuldades enfrentadas para desenvolvimento das atividades de fiscalização foram:

- Trâmites burocráticos para autorização de deslocamento de Fiscais que excederam quarenta diárias.
- Falta de recursos humanos. Há Estados que não possuem Fiscais atuando na área de produtos veterinários e há Estados com uma grande quantidade de empresas fabricantes registradas tais como São Paulo e Minas Gerais que possuem um número insuficiente para realização de atividades de fiscalização.
- Ausência de convênios ou parcerias com Órgão Estaduais para que os Fiscais Federais Agropecuários de Estados com grande número de empresas e quadro de recursos humanos reduzido possam se dedicar a fiscalização de estabelecimentos fabricantes ficando sob responsabilidade do Estado a fiscalização do comércio.

Quantidade alcançada: 15.732 Fiscalizações

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	708	unidades/ano	153	31/12/2015
Região Nordeste	2.227	unidades/ano	2.495	31/12/2015
Região Norte	769	unidades/ano	11.614	31/12/2015
Região Sudeste	869	unidades/ano	752	31/12/2015
Região Sul	543	unidades/ano	718	31/12/2015

### Meta: Aumentar de 4475 para 5345 o número de fiscalizações anuais na área de alimentação animal

#### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários - DFIP/SDA/MAPA

#### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: A execução das metas do setor de fiscalização de produtos para alimentação animal no ano de 2015 atingiu aproximadamente 55 % das ações previstas (5345 fiscalizações) para o período, no PPA 2012-2015.

A diminuição do número de ações realizadas pode ser atribuída, entre outros fatores, à liberação tardia de recurso para as despesas de custeio, referentes ao deslocamento dos servidores. Nos meses de janeiro, maio e agosto, os recursos foram liberados somente após a segunda quinzena e nos meses de abril e junho o recurso somente foi liberado no final do mês). No mês de julho não houve liberação de recurso para deslocamento no PI FISCINAN, tendo sido autorizados apenas deslocamentos específicos com justificativas de urgência à CAO/SDA.

Somado aos transtornos que a liberação e a programação tardia de recurso para a execução das ordens de serviço causa no cumprimento das ações de fiscalização, encontra-se o número cada ano mais reduzido de servidores para a execução das atividades contribuindo sobremaneira para a baixa execução da meta, observado o crescente número de aposentarias de fiscais federais agropecuários, em especial nas regiões nordeste e sudeste, sem a devida reposição.

Este ponto é ainda mais acentuado pela determinação disposta no Decreto nº 7.689/12 sobre a restrição na concessão de despesas com diárias e passagens referentes a mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano, limite este facilmente atingido em locais onde o número de pessoal está aquém da demanda da fiscalização e prejudicada pela morosidade no trâmite processual para a autorização das referidas despesas.

As dificuldades acima expostas contribuíram para que grande parte das ações de fiscalização executadas fosse realizada em estabelecimentos comerciais e unidades fabris localizadas em regiões metropolitanas, ou até mesmo deixassem de ser feitas, dificultando o cumprimento da programação elaborada, onde a priorização das ações havia sido planejada em função de riscos.



Esta situação interfere na qualidade da fiscalização, diretamente relacionada à exposição de riscos à saúde dos animais e, conseqüentemente aos produtos de origem animal destinados ao consumo humano, além do atendimento às exigências aos mercados internacionais e acordos bilaterais com as autoridades sanitárias de países com quem o Brasil mantém relações comerciais.

Importante que sejam adotadas providências efetivas para que o recurso seja liberado e programado em tempo hábil à execução das ordens de serviço, viabilizar a realização de concurso público que contemple um número suficiente de servidores para a execução das atividades fiscais, e otimizar as autorizações de despesas para servidores com mais de 40 diárias, medidas essas que foram relatadas nas análises situacionais ao longo de todo este PPA, e que acarretaram no não atingimento da meta pelo não cumprimento dos planos operativos anuais.

Quantidade alcançada: 2.861 Fiscalizações

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	564	unidades/ano	367	31/12/2015
Região Nordeste	2.221	unidades/ano	618	31/12/2015
Região Norte	653	unidades/ano	411	31/12/2015
Região Sudeste	1.329	unidades/ano	1.062	31/12/2015
Região Sul	578	unidades/ano	403	31/12/2015

**Meta: Aumentar de 874 para 1.049 as fiscalizações de material genético animal**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Fiscalização de Produtos e Insumos Pecuários - DFIP/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: O percentual de execução física do PI FISCGENE no ano de 2015 foi 95,32% (612 fiscalizações) em relação à meta de fiscalizações programadas pelo DFIP no Plano Operativo Anual (642 fiscalizações) do PI para esse ano.

O cumprimento da meta do Plano Plurianual de aumentar para 1049 o número anual de fiscalizações de material genético animal foi inviabilizado pelo número reduzido de fiscais disponíveis para a realização das fiscalizações. Parte dos fiscais atuantes na fiscalização de material genético animal já possui ou está prestes a atingir idade para aposentadoria. O que comprometerá ainda mais a fiscalização. Adicionalmente, a maioria dos fiscais que trabalham na fiscalização de material genético animal também atua em outras áreas do SEFIP/ SEFAG/ SIFISA e, portanto acumula outras funções, fator que também compromete a fiscalização dos estabelecimentos produtores de material genético animal.

O acúmulo de funções dos fiscais nas SFA's faz com que um grande número de fiscais atinja o limite de 40 diárias/ ano por servidor, o que dificulta ainda mais a realização das fiscalizações.

De modo a otimizar as fiscalizações, temos orientado aos estados preconizar a fiscalização dos estabelecimentos produtores de material genético animal e incentivar a realização de convênios com os órgãos estaduais de defesa animal para a realização da fiscalização dos estabelecimentos comerciais de material genético animal.

Quantidade alcançada: 621 Fiscalizações

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	159	unidades/ano	92	31/12/2015
Região Nordeste	119	unidades/ano	46	31/12/2015
Região Norte	20	unidades/ano	4	31/12/2015
Região Sudeste	235	unidades/ano	147	31/12/2015
Região Sul	516	unidades/ano	332	31/12/2015

**Meta: Aumentar o número de fiscalizações de 1236 para 1484 de atividades com Organismos Geneticamente Modificados**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: CBIO/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: O percentual de execução física do PO FISCORGEN (Fiscalização de Atividades com OGM) em 2015 foi de 58 % em relação à meta estabelecida, totalizando 1074 ações de fiscalização. O não alcance da meta em 2015 se deve, essencialmente, à redução do quadro funcional nas Superintendências, gerada pela aposentadoria de contingente significativo de servidores desde 2013, e, principalmente no segundo semestre, à limitação de concessão de diárias para servidores que atingiram 40 diárias/ano, regra esta fixada em Decreto Presidencial. Internamente, as regras de retrabalho para autorização de deslocamentos para fiscalização tem sido um grande entrave. Ressaltamos que o número de fiscais absorvido pelo novo concurso foi muito aquém do necessário e, quanto a isso, a expectativa é que em 2016 este cenário se repita. No segundo semestre as atividades diminuíram devido à extinção da Coordenação de Biossegurança de OGM em julho/2015, sem a devida organização e solução de continuidade. Apesar de todos os esforços dos fiscais em continuar as ações, e da manutenção do envio de recursos, a atividade ficou prejudicada por falta de gerenciamento. Esta situação permaneceu até dezembro/2015. Registre-se que algumas atividades de pesquisa com OGM ainda não liberados comercialmente deixaram de ser fiscalizadas em função do quadro apresentado.

Quantidade alcançada: 1.074 Fiscalizações

Data de Referência: 31/12/2015



Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	392	unidade	315	31/12/2015
Região Nordeste	185	unidade	159	31/12/2014
Região Norte	51	unidade	55	31/12/2015
Região Sudeste	371	unidade	195	31/12/2015
Região Sul	485	unidade	350	31/12/2015

**Meta: Construção da Política Interna de Gestão de Risco Aplicada na Fiscalização de Insumos Agropecuários**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: DFIA/SDA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Não foi implantado o modelo de gestão de riscos de insumos agropecuários. A carência de FFAs impede que estes trabalhos sejam realizados.

**Meta: Desenvolver e implantar sistema de auditoria interna**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: CBIO/DFIP/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Apesar de ter sido construído o manual de auditoria, não foi possível fazer as auditorias propriamente ditas, pela carência de FFAs para realizá-las e pelas dificuldades impostas para deslocamento dos servidores, tendo em vista a burocracia implantada na aprovação de PCDPs.

**Meta: Desenvolver e promover a adesão de 440 estabelecimentos produtores de insumos agrícolas às Boas Práticas de Fabricação**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: Não ocorreu a construção do modelo de auditoria contemplando a definição dos requisitos a serem auditados e os requisitos para a acreditação de instituições certificadoras no Programa de Boas Práticas de Fabricação, porque não foi possível concluir a revisão da legislação sobre fertilizantes e agrotóxicos e afins, que encontra-se ainda em andamento.

Quantidade alcançada: 0 Estabelecimentos

Data de Referência: 31/12/2015

Regionalização da Meta	Total	Unidade	Qtde. Alcançada	Data
Região Centro-Oeste	60	unidade	0	31/12/2015
Região Nordeste	40	unidade	0	31/12/2015
Região Sudeste	230	unidade	0	31/12/2015
Região Sul	110	unidade	0	31/12/2014

**Meta: Realizar auditoria em 100% dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas - DFIA/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: O desenvolvimento do sistema de auditoria interna dos serviços de fiscalização de insumos agrícolas já foi concluído. Apesar de ter sido realizado em 2014 concurso público para a contratação de novos fiscais agropecuários, que foram contratados no final daquele ano, não foi possível realizar as auditorias pelas dificuldades impostas para deslocamento dos servidores, tendo em vista a burocracia implantada na aprovação de PCDPs.

Quantidade alcançada: 0 %

Data de Referência: 31/12/2015

**INICIATIVAS**

**Iniciativa: 013D - Ampliar a capacidade de avaliação e registro de agrotóxicos genéricos**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: Ampliar a capacidade de avaliação e registro de agrotóxicos genéricos com a qualificação de mão-de-obra e sistemas eletrônicos. Disponibilizar ferramentas de verificação de informações e agilização de análises envolvendo os aspectos de saúde e meio ambiente e agricultura para a estabilização do mercado de defensivos possibilitando maior competitividade no mercado brasileiro de insumos**



**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 013E - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos agrícolas**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000A - "Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes"; PO 000C - "Fiscalização de agrotóxicos e afins "; PO 000B - "Fiscalização de Sementes e Mudanças "; da Ação Orçamentária 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 013F - Aperfeiçoamento e modernização dos processos de fiscalização de insumos pecuários**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** As despesas decorrentes desta iniciativa serão custeadas pelo PO 0006 - "Fiscalização de Material Genético Animal"; PO 0009 - "Fiscalização de Produtos de uso Veterinário"; PO 0008 - "Fiscalização de Insumos destinados à Alimentação Animal"; da Ação Orçamentária 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 013H - Desenvolvimento e modernização dos instrumentos de fiscalização de atividades com OGM**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000D – "Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados"; da Ação Orçamentária 20ZX – Fiscalização de Atividades Agropecuárias

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 013K - Integração do sistema de informação de agrotóxicos do MAPA com os demais órgãos reguladores**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa:** Construir plataforma de Integração do sistema de informação de agrotóxicos do MAPA com os demais órgãos reguladores tais como ANVISA e MMA.

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Objetivo: 0570 - Assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas por meio do aprimoramento dos mecanismos de controle de produtos e processos visando a oferta de alimentos seguros.**

**Informações Básicas**

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional do Objetivo: As ações na área de qualidade dos alimentos e bebidas foram direcionadas ao desenvolvimento de ferramentas de melhoria da eficiência da fiscalização e controle visando encontrar soluções operacionais para suprir as demandas da sociedade brasileira, bem como de organismos internacionais e representantes de países com os quais o Brasil mantenha relações comerciais no campo dos produtos agropecuários. Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil. A publicação da Lei de Inspeção Vegetal e sua regulamentação permitirá o estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco. Nas ações relacionadas aos produtos de origem animal foram identificados entraves relacionados à insuficiência de recursos humanos capacitados para a realização de auditorias e supervisões, com a consequente redução do número de inspeções programadas. No setor de bebidas e vinhos, ressalta-se a revisão da legislação e a elaboração de procedimentos que permitam a atualização dos padrões de identidade e qualidade das bebidas brasileiras, além da simplificação dos procedimentos de registro de forma a tornar mais rápido o cadastro das empresas e o lançamento de novos produtos, possibilitando a inclusão da produção familiar e artesanal.

Nesses quatro anos de programa observa que o seu objetivo não teve um alcance esperado, pois vários fatores interferiram para que o MAPA pudesse assegurar a qualidade dos alimentos e bebidas.

Na área do controle de resíduos de agrotóxicos e contaminantes em produtos vegetais um dos fatores que impactaram o alcance da Meta foi a insuficiência de laboratórios para a realização das análises. Essa insuficiência se deve ao baixo número de laboratórios credenciados para realizar as análises, a



difficuldade de contratação desses laboratórios e a baixa capacidade de atendimento da rede LANAGRO. Outro fator impactante na área vegetal foi a não aprovação da Lei de Inspeção Vegetal, o que diferentemente da área animal, na área de produtos vegetais não há lei que dá ao MAPA competência para fazer a inspeção dos estabelecimentos processadores de produtos vegetais, ficando assim reduzida a capacidade do MAPA em exigir que a produção de um alimento seguro seja baseada em análises de risco e pontos críticos de produção. Atualmente o MAPA possui competência apenas para observar e controlar a qualidade final do produto vegetal ofertado ao consumidor e não a forma de produção.

Com relação a produção de alimentos da área animal, observa-se alguns "picos" de atingimento das Metas, com vários fatores impactantes.

Isto posto não significa que não houve oferta de alimentos à população brasileira, pois os atuais mecanismos de controle são eficientes mas não suficientes. O que houve foi a falta de um avanço no aprimoramento dos atuais mecanismos de controle utilizados pelas equipes de fiscalização deste Ministério, os quais deixaram de utilizar ferramentas de melhor gerenciamento da qualidade dos produtos.

#### METAS

**Meta: Ampliar de 72% para 80% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras sorteadas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem animal**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CRC/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: No período foram sorteadas 24.833 amostras, tendo sido analisadas 15.033 amostras, o que corresponde a uma taxa de amostras analisadas da 60,54%. Considerando as amostras recebidas nos laboratórios e ainda não processadas e as amostras com coletas ainda por realizar, relativas ao exercício de 2015, o percentual poderá se elevar até 64,80%.

Ambos os resultados, encontram-se abaixo da meta prevista para a referida taxa, estipulada em 80%.

As principais razões apontadas para o não alcance da meta foram a disponibilização extemporânea de recursos para a aquisição, mediante processo licitatório, de análises junto a laboratórios credenciados pelo MAPA; a não recepção de amostras com registro de coleta no SISRES; e descarte pelos laboratórios de amostras impróprias para o processamento.

Quantidade alcançada: 60,54 %

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Ampliar de 76% para 90% a conformidade dos processos produtivos de produtos de origem animal**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal - DIPOA/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O resultado do Programa de avaliação de produtos de origem animal do DIPOA apresentou os seguintes resultados:

Das 6.260 amostras de produtos de origem animal (incluindo leite e produtos lácteos, carne e produtos cárneos, ovos e produtos a base de ovos, pescado e produtos da pesca, mel e produtos apícolas) para os parâmetros físico químicos a conformidade total foi de 81,55% e para os microbiológicos foi de 88,50% em 2015.

Quantidade alcançada: 88,5 %

Data de Referência: 31/12/2014

**Meta: Ampliar de 86,8% para 90% a taxa de amostras analisadas em relação às amostras distribuídas no âmbito do Plano Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes - PNCRC em produtos de origem vegetal**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: CRC/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: No âmbito do PNCRC-Vegetal foram analisadas 817 amostras de um total de 1.459 amostras sorteadas, perfazendo uma taxa de 56%. A fim de melhorar o desempenho da meta é necessário o aprimoramento dos procedimentos de acondicionamento das amostras, como a implantação de acondicionamento resfriado ou congelado, o treinamento dos responsáveis pela coleta das amostras e a atualização e publicação do Manual de Coletas de Amostras.

No ano 2015 foi distribuído 2.170 amostras de produtos vegetais para detecção de resíduos e contaminantes, entretanto foi analisado apenas 1.625, o que acarretou um percentual de execução de 74,89%. Comparando com o resultado do ano anterior, foi possível detectar um incremento nas coletas das amostras tendo em vista a celebração de convênios para coletas de amostras em 2 estados (PE e RS) e a maior disponibilização de laboratórios uma vez que houve a contratação de mais 03 laboratórios, que somados ao 02 Lanagros, foi assim disponibilizado 05 laboratórios para o PNCRC/Vegetal a partir de 2015.

Quantidade alcançada: 74,89 %

Data de Referência: 31/12/2015

**Meta: Construir e aplicar a metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal**

##### Informações Básicas

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV/SDA/MAPA

##### Informações do Monitoramento

Análise Situacional da Meta: O estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco depende da publicação e regulamentação da Lei de Inspeção Vegetal. Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil.

Dentro dos regulamentos vigentes foram elaborados procedimentos operacionais padrão – POPs que contemplam itens de verificação nos processos de autocontroles para inspeção dos estabelecimentos e fiscalização dos produtos de origem vegetal.



O resultado esperado para essa Meta não foi alcançado tendo em vista que o Projeto de Lei da Inspeção Vegetal não ter sido discutida com os demais órgãos da administração pública federal, envolvidos com esse tema.

**Meta: Construir e aplicar metodologia baseada nos princípios de análise de risco aos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal**

**Informações Básicas**

Instituição Responsável pela Apuração: Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal - DIPOV/SDA/MAPA

**Informações do Monitoramento**

Análise Situacional da Meta: A fim de proporcionar um controle oficial eficiente, faz-se necessário o aperfeiçoamento dos procedimentos de registro dos produtos de origem vegetal, com base em análise de risco. Porém o estabelecimento de ações de controle oficial baseado no risco depende da publicação e regulamentação da Lei de Inspeção Vegetal. Foi elaborada uma minuta de Projeto de Lei de Inspeção Vegetal, a qual será submetida à apreciação da ANVISA para posterior encaminhamento à Casa Civil.

Como não houveram avanços na discussão do Projeto de Lei da Inspeção Vegetal a execução dessa Meta ficou prejudicada, não sendo atingido o resultado esperado. Apesar dessa situação, foram empreendidos esforços na adequação e melhoria dos sistemas informatizados de registros de produtos, cujo banco de dados subsidiará a execução dessa Meta nos próximos anos.

**INICIATIVAS**

**Iniciativa: 0276 - Combate à clandestinidade em produtos de origem animal**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 0007 - "Combate à Clandestinidade em Produtos de Origem Animal", da Ação Orçamentária 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 0277 - Controle de resíduos e contaminantes em produtos de origem vegetal e animal**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000D - "Controle de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal e Animal", da Ação Orçamentária 20ZW - Promoção da Defesa Agropecuária.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 0278 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000G - "Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Animal", da Ação Orçamentária 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 0279 - Inspeção e fiscalização dos produtos de origem vegetal**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não

**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

**Medida Institucional Normativa: As despesas decorrentes desta Iniciativa serão custeadas pelo PO 000H - "Inspeção e Fiscalização de Produtos de Origem Vegetal", da Ação Orçamentária 20ZX - Fiscalização de Atividades Agropecuárias.**

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária

**Iniciativa: 027A - Padronização, classificação, fiscalização e inspeção de produtos de origem vegetal**

**Informações Básicas**

Individualizada: Não



**MEDIDA INSTITUCIONAL NORMATIVA**

Medida Institucional Normativa: Os recursos para esta iniciativa foram alocados no PO 000E da Ação 20ZX - Fiscalização das Atividades Agropecuárias, na iniciativa 04D4 - Fiscalização das Atividades Agropecuárias no Objetivo 0366

**Informações Básicas**

Unidade Responsável: Secretaria de Defesa Agropecuária